

COMUNICAÇÃO DE PROGRESSO 2013

6º Ofício de Registro de Títulos e
Documentos da Cidade do Rio de Janeiro



CARIMBO GLOBAL

PACTO GLOBAL

I – INTRODUÇÃO

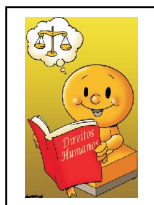
A. Palavra da Oficiala

Minha experiência profissional advém de uma advocacia voltada para a propriedade industrial e intelectual. Prestar concurso e assumir o 6º Ofício de Registro de Títulos e Documentos me impediu, por lei, de advogar. Concentrei, então, meus esforços em atingir a excelência no cumprimento do dever, e conquistamos, com isso, as certificações ISO 9001 e SA 8000. Mas isso era muito pouco, uma vez que os cartórios têm sim uma função social importantíssima. Criei então o Instituto Novo Brasil Pelo Carimbo Solidário, o braço social do cartório. Nos aproximamos das comunidades do Rio de Janeiro, desenvolvemos um projeto e demos Declarações de Posse às famílias carentes, sendo estes documentos que comprovam a posse. Engajamos a Associação dos Registradores Públicos e a Defensoria Pública nesta causa.

Criamos um cadastro dos moradores, tiramos famílias da opressão e explicamos às pessoas a importância da formalização dos documentos. O projeto já foi desenvolvido em mais de dez comunidades e já atendemos mais de seis mil famílias e queremos mais: expandir o projeto para todo o Brasil. E é isso que esperamos e batalhamos para conseguir. A batalha é dura, mas juntos somos fortes.

Sônia Maria Andrade dos Santos

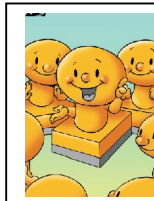
Quais os 10 princípios do Pacto Global?



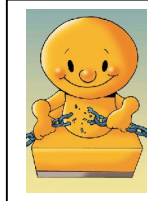
Princípio 1 :
Apoiar e respeitar a proteção
dos direitos humanos.



Princípio 2:
Não participar da violação
dos direitos humanos.



Princípio 3 :
Respeitar e apoiar a
liberdade de associação e o
reconhecimento efetivo do
direito a negociação coletiva.



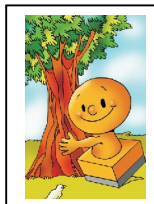
Princípio 4:
Apoiar a eliminação de toda
forma de trabalho forçado
ou compulsivo.



Princípio 5:
Apoiar a erradicação efetiva
do trabalho infantil.



Princípio 6:
Eliminar a discriminação de
qualquer natureza e práticas
disciplinares abusivas.



Princípio 7:
Apoiar uma abordagem
preventiva aos desafios
ambientais.



Princípio 8:
Promover iniciativas de
responsabilidade ambiental.



Princípio 9:
Incentivar o
desenvolvimento de
tecnologias ambientalmente
sustentáveis.



Princípio 10:
Combater a corrupção em
todas as suas formas,
inclusive extorsão e propina.

II. OS 10 PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL

B1. Princípio 1 "Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos".

➔ PROJETO: REGISTRO DE DOCUMENTOS EM AÇÃO

Sob o prisma de continuamente buscar a diferença, da mobilização e da identidade com a causa social, foi criado pela oficiala do 6º Ofício, Sônia Andrade, o projeto "Registro de Documentos em Ação", projeto social que tem como objetivo maior proporcionar às camadas mais necessitadas da população dignidade de vida e oportunidade de evolução e crescimento, viabilizando o exercício da cidadania, através do registro da declaração de posse. O projeto abrange todo o município do Rio de Janeiro, o que corresponde a 6.323.037 pessoas.

A partir da premissa de que a moradia é um direito fundamental que tem sido freqüentemente violado, o projeto tem como objetivo tirar todos os documentos da informalidade para a formalidade, levando segurança jurídica, dando publicidade e, opondo-se contra terceiros. Registro de Posse é um documento indispensável para se conseguir a legalização fundiária. É a formalização definitiva do processo de legalização fundiária que poderá ser extrajudicial (usucapião administrativo) e judicial (Ação de Usucapião) em busca da titulação da propriedade. Sem um lugar adequado para se viver, é difícil manter a educação e o emprego, a saúde fica precária e a participação social fica impedida. A estrutura oferecida pelo projeto garante gratuidade dos atos em ambos os casos, viabilizada pela Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

O projeto é realizado pelo:

- Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, instituição sem fins lucrativos, que congrega voluntários para fazer parte dos mutirões, de acordo com seu compromisso com a Responsabilidade Social. A união desse grupo realiza o sonho da comunidade de baixa renda: o registro gratuito da declaração de posse.

A participação dos parceiros é imprescindível para a realização do Projeto Registro de Documentos em Ação:

- Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro garante a gratuidade para a emissão dos títulos, baseada na Lei Federal nº 1.060 de 1950, presta esclarecimento, soluciona e resolve os problemas jurídicos imediatos da comunidade;
- Associação dos Registradores de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro (através dos 6 Ofícios de Registro de Títulos e Documentos) tem como atribuição a realização do registro da declaração de posse, baseado na Lei Federal nº 6.015 de 1973;

➔ TOTAL DE DECLARAÇÕES DE POSSE:

241 FAMÍLIAS BENEFICIADAS NO ANO DE 2013

NÚMERO DE ATENDIMENTOS POR COMUNIDADES ATENDIDAS	
ALTO CAMORIM	2
ALTO DA BOA VISTA	4
CHÁCARA DO CÉU	10
JOSUÉ	16

MORRO DA PROVIDÊNCIA	36
PEDRA DO ITANHANGÁ	42
TANGARÁ	11
TIJUAÇU	28
VILA CANOAS	82

➔ TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL

O Instituto conquistou no final de 2013 o título de Utilidade Pública Municipal. Com esse título o Instituto passa a ser reconhecido como prestador de serviços à comunidade podendo obter verbas, isenções e outros benefícios do Governo.

➔ PRÊMIO MAGNÍFICO

A presidente do Instituto foi contemplada com o Prêmio Magnífico por seu destaque profissional através de suas atividades que muito contribuem para a sociedade brasileira.

B2. Princípio 2 "Assegurar-se da não participação das violações dos direitos humanos".

Alguns convênios firmados com órgãos que primam pela não violação dos direitos humanos, a saber:

➔ CONVÊNIO COM A DEFENSORIA PÚBLICA

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com o Instituto Novo Brasil pelo Carimbo Solidário, elaboram a declaração de posse, documento que comprova o tempo do morador na comunidade carente, bem como as benfeitorias realizadas no local. O projeto já atendeu mais de 4500 famílias desde o ano de 2006. Muitos conflitos já foram dirimidos pela Defensoria Pública entre vizinhos e parentes, diluindo assim os processos no Judiciário.

➔ ACORDO DE COOPERAÇÃO COM O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DA REFORMA DO JUDICIÁRIO

A Cooperação, através da Casa de Direitos, tem por objetivo a conjugação de esforços dos partícipes para a implementação de serviços públicos, especialmente aqueles relacionados ao sistema de justiça, nas localidades do Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com vistas a proporcionar o acesso à informação sobre direitos, serviços de cidadania, assistência jurídica gratuita e a mecanismos judiciais e extrajudiciais para a solução de conflitos.

B3. Princípio 3 "Respeitar e apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito a negociação coletiva".

O 6º Ofício é certificado pela ISO 9001 e SA 8000 desde 2006, sendo auditado semestralmente por uma empresa certificadora (BVQI), que dentre outros assuntos, verifica se o cartório respeita e apoia a liberdade de associação e negociação coletiva dos seus empregados.

B4. Princípio 4 "Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsivo".

O 6º Ofício é contra o trabalho forçado e apóia que a legislação vigente seja seguida. Compromete-se em não aplicar uma jornada de trabalho superior a 44 horas semanais, e sendo permitido no máximo 12 horas extras semanais remuneradas, garantindo ainda no mínimo um dia de descanso nesse período.

B5. Princípio 5 "Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil".

O 6º Ofício apóia a erradicação do trabalho infantil e solicita de seus fornecedores o mesmo padrão, restringindo o relacionamento comercial com qualquer entidade que não compartilhe deste valor.

B6. Princípio 6 "Eliminar a discriminação de qualquer natureza e práticas disciplinares abusivas".

O 6º Ofício apóia a eliminação de quaisquer práticas discriminatórias e práticas disciplinares abusivas. Em suas auditorias externas, o auditor realiza reuniões individuais e reservadas com os funcionários visando o sigilo absoluto no caso de alguma constatação com relação ao descumprimento deste princípio.

B7. Princípio 7 "Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais".

➔ PAPELARIA

A papelaria do 6º Ofício é toda feita em papel 100% reciclado.

➔ DEFENSORIA

O projeto registro passou a pertencer a coordenadoria de meio ambiente da defensoria pública, onde está lotado o projeto

B8. Princípio 8 "Promover iniciativas de responsabilidade ambiental".

➔ PAPEL

O 6º Ofício realiza uma parceria com o Tribunal de Justiça, doando papéis para serem reciclados.

➔ CARTUCHOS

O 6º Ofício recarrega alguns cartuchos utilizados na Serventia buscando diminuir os impactos ambientais que a embalagem plástica provoca no meio ambiente.

➔ PILHAS, BATERIAS E CELULARES

O 6º Ofício incentiva seus funcionários a efetuarem doações de pilhas ao Banco Santander e as baterias e celulares em locais de descarte adequados.

B9. Princípio 9 "Incentivar o desenvolvimento de tecnologias ambientalmente sustentáveis".

➔ SACOLAS

O 6º. Ofício e o Instituto produzem sacolas em algodão e em produto oxibiodegradável pensando em novas tecnologias ambientalmente sustentáveis.

➔ TORNEIRAS E DESCARGAS

Todas as torneiras e descargas foram instaladas visando a redução da utilização de água em todo o Instituto e no 6º Ofício.

B10. Princípio 10 "Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina".

O 6º Ofício combate a corrupção restringindo seu relacionamento comercial com qualquer entidade que não compartilhe deste valor.

III. CONCLUSÃO

Venho lutando há mais de 10 anos pela garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos, mais especificamente em defesa do consumidor, elencado no artigo 5º da Constituição Federal como um direito fundamental.

Encabeço há anos um litígio na justiça onde pleiteio que os bancos e o Detran entreguem aos consumidores os contratos de alienação fiduciária em seu nome. É um direito adquirido mas, infelizmente, não exercido.

No último ano em razão de uma liminar suspendendo esse direito, nós tivemos perda de 70% da nossa receita. Isso fez com que continuássemos nosso trabalho em uma escala menor. Fazemos o que está sendo possível. O Instituto Novo Brasil Pelo Carimbo Solidário conquistou esse ano o título de Utilidade Pública Municipal que o reconhece como prestador de serviços à comunidade. Esse título nos fortalece a certeza de que estamos no caminho certo.

Assinamos ainda um Acordo de Cooperação com o Ministério da Justiça para através da Casa de Direitos proporcionar às populações carentes o acesso à informação sobre direitos, serviços de cidadania, assistência jurídica gratuita e a mecanismos judiciais e extrajudiciais para a solução de conflitos.

Continuo nessa briga que é antiga e árdua, mas quando ingressei no judiciário foi justamente para dar minha contribuição junto a sociedade no sentido de que os direitos fundamentais sejam garantidos. É nisso em que acredito afinal a defesa do consumidor é direito fundamental.

Nossa luta é contínua e esperamos expandir o projeto para todo o Brasil. E é isso que esperamos e batalhamos para conseguir. A batalha é dura. Mas, juntos, somos fortes.

Sônia Maria Andrade dos Santos

Oficiala